

# DE VOLTA AO NINHO: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Isabela Cristina Lemos  
Patrícia Willig Mór  
Cristiane Davina Redin Freitas

## RESUMO

A presente pesquisa teve como principal objetivo compreender as percepções dos profissionais de uma instituição de acolhimento localizada no interior do Rio Grande do Sul (RS) acerca das famílias de origem das crianças que se encontram sob situação de acolhimento institucional. Este local acolhe crianças de zero a doze anos destituídas permanentemente ou não do poder familiar. O acolhimento institucional é uma medida de proteção a crianças e adolescentes, entretanto, até que a família de origem tenha perdido seus direitos sob as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional se espera que as equipes dos abrigos venham a trabalhar com as famílias a fim de tentar reinserir as crianças em seu seio familiar. Na vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é direito fundamental de toda criança e adolescente serem criados no seio familiar e, em casos excepcionais em família substituta que garanta convivência familiar e comunitária. É de suma importância que a criança cresça em um ambiente de cuidado e amor e, sempre que possível, prioriza-se a responsabilidade por esses cuidados aos pais. Atualmente, ganha destaque a discussão e reflexão sobre a reinserção familiar de crianças e adolescentes que estão em instituições de acolhimento, pois é necessário prevenir a permanência das crianças e adolescentes precocemente ou por períodos muito longos. Portanto, procurou-se conhecer também como se dá o trabalho de manutenção dos vínculos familiares entre família de origem e crianças sob situação de acolhimento e como é prática de reintegração das crianças nas suas famílias de origem, objetivos que estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquanto direito à convivência familiar. De acordo com o ECA o principal objetivo das instituições de abrigamento é trabalhar na manutenção dos vínculos entre as crianças e as suas famílias de origem na tentativa de reinseri-las nesse meio. Levando em consideração que a criança que está numa instituição por medida de proteção teve seus direitos ameaçados ou violados entende-se que os profissionais que acolhem tais crianças e adolescentes são os principais atores nessa tentativa de reintegração familiar. Os dados foram coletados mediante a realização de um grupo focal sobre a temática acima citada com os seguintes profissionais: coordenadora, psicóloga, assistente social, técnica de enfermagem e secretária. Os resultados se expressaram nas seguintes categorias: Manutenção dos vínculos e reinserção: sobre a prática, Desafios do trabalho: das redes aos valores pessoais e Percepções sobre as famílias de origem: os ideais de cuidado.

**Palavras-chave:** Abrigo. Profissionais. Família de origem.

## INTRODUÇÃO

De acordo com Rizzini (2006) atualmente ainda existe um número grande de crianças e adolescentes abrigados em instituições, sendo a maioria dos casos por motivos de pobreza ou violência. A retirada da criança do seio familiar é considerada uma medida de proteção, porém, diante do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) o direito de crescer em família acaba sendo violado. Segundo o ECA (1990), é direito fundamental da criança e do adolescente ser educado e criado pela sua família de origem. As situações de

institucionalização de crianças ou adolescentes são medida de proteção de caráter excepcional e transitório. Diante disso, mostra-se que a convivência com sua família de origem é tão importante para a criança ou adolescente quanto seus outros direitos como a educação, a saúde, o lazer, dentre outros direitos básicos. Contudo, segundo Rizzini (2006) a cultura da institucionalização ainda permanece em nosso país.

A vivência prolongada de criança e adolescentes nos abrigos pode se somar a consequências previamente geradas pela falta ou fragilidade dos vínculos familiares já constituídos. Portanto, quanto maior for a permanência da criança na instituição, maiores serão as possibilidades de um adoecimento físico e/ou psíquico, bem como a dificuldade de formar uma identidade e desenvolver o sentimento de segurança emocional. Sendo assim, alguns dos efeitos secundários dessa prática são as hospitalizações prolongadas e possíveis problemas na convivência social. (CAVALCANTE, SILVA E MAGALHÃES, 2010).

Assim, enquanto a medida de proteção perdurar é preciso que os abrigos colaborem com outros atores da rede de atendimento buscando conservar os vínculos familiares das crianças e adolescentes abrigados. Também se faz necessário apoiar as famílias a receberem seus filhos de volta e a exercer de forma adequada as suas funções. O trabalho de fortalecer os vínculos entre a família e as crianças abrigadas e colaborar para a manutenção dos mesmos é uma tarefa complicada, principalmente quando se trata do trabalho de reestruturação familiar. Tal situação envolve aspectos complexos que precisam de políticas públicas, além do esforço das próprias instituições de abrigo, já que abarcam problemas que não são resolvidos em curto prazo, como a dependência de drogas e o desemprego, por exemplo. (SILVA e AQUINO, 2005).

De acordo com Fante e Cassab (2007) as instituições de acolhimento devem realizar a manutenção dos vínculos da criança ou adolescente com suas famílias de origem, pois são o elo existente entre a família e a criança. Por meio desta ação, é possível proporcionar condições para que essas recebam as crianças de volta, deste modo, o período de abrigamento tende a diminuir. Contudo, não existe uma determinação clara na lei acerca da responsabilidade do trabalho com as famílias. É subentendido que seja tarefa dos abrigos, pois consta na lei que é dever destes manter viva a relação entre a criança com sua família de origem.

Nesse sentido, a intenção da presente pesquisa é compreender as percepções dos profissionais de uma instituição de acolhimento localizada no interior do Rio Grande do Sul (RS) acerca das famílias de origem das crianças abrigadas e conhecer como se dá esse trabalho. Tal instituição abriga crianças de zero a doze anos que são encaminhadas através do Conselho Tutelar mediante determinação do Juizado da Infância e Juventude.

Assim, entende-se que é função do abrigo promover cuidado e proteção às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, mas ao mesmo tempo também é sua função cuidar e auxiliar a família que violou tais direitos. Deste modo, através da pesquisa buscamos conhecer as percepções através da técnica do grupo focal com a realização de um encontro de grupo com a coordenadora, a psicóloga, a assistente social, a técnica de enfermagem e a secretária. Tais percepções envolvem sentimentos, ideias, representações, crenças, valores, bem como, desafios deste trabalho que procura a manutenção dos vínculos com a família de origem e a reinserção das crianças nas suas famílias.

A reintegração familiar tem preferência a qualquer outro tipo de providência diante de uma medida de proteção e somente quando a família perder totalmente seus direitos sob a criança é que a mesma será encaminhada para adoção, este princípio vigora no ECA (1990) lei 12.010/2009 Art. 1º § 2º: “Na impossibilidade de permanência na família natural, a criança e o adolescente serão colocados sob adoção, tutela ou guarda [...]”. Portanto, até que a família de origem tenha perdido seus direitos sob as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional se espera que as equipes dos abrigos venham a trabalhar com as famílias a fim de tentar reinserir as crianças em seu seio familiar.

Como resultados da pesquisa, através do grupo focal e da consequente análise dos dados obteve-se três categorias: Manutenção dos vínculos e reinserção: como se dá a prática; Desafios deste trabalho e Percepções sobre as famílias de origem. A primeira categoria expressa a prática diárias das profissionais quando trabalham com a manutenção dos vínculos e das tentativas de reinserção na família de origem. A categoria seguinte é reflexo desta prática e demonstra as limitações pessoais e impedimentos que surgem através da não implicação da rede que configura em desafios para as profissionais. Na última categoria se evidenciam sentimentos, angústias e percepções em geral das profissionais diante do contato com as famílias de origem das crianças abrigadas e que desvelam ideais de família calcados historicamente.

## **METODOLOGIA**

### **Tipo de pesquisa**

A pesquisa qualitativa, segundo Creswell (2010), é uma forma de explorar e compreender o que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema de ordem social ou humano. Concentra diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. O método qualitativo possui singularidade na análise dos dados e se utiliza de estratégias diferentes de investigação. Abrange questões e procedimentos específicos: a coleta de dados no ambiente do participante, a análise dos dados estabelecida a partir das peculiaridades para os temas gerais e a interpretação

realizada pelo pesquisador através dos dados. A escolha pela pesquisa qualitativa se justifica, pois, esta, tem a pretensão de examinar aspectos mais profundos e subjetivos, por ser um estilo indutivo, focando no valor da interpretação da complexidade de uma circunstância. (CRESWELL, 2010).

A metodologia, portanto, será qualitativa e a técnica empregada será a de Grupo Focal. O Grupo Focal segundo Gatti (2005) é derivado das diferentes formas de trabalho com grupos. O intuito desta modalidade de grupo é o levantamento de dados produzido através da dinâmica de interação. Dessa forma, os participantes do Grupo Focal devem ter alguma relação ou vivência com o tema que será discutido, assim, sua participação traz elementos das suas experiências cotidianas:

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para os conhecimentos das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevante para o estudo do problema visado. (GATTI, 2005, p. 11).

A técnica do Grupo Focal tem como potencialidade captar os processos emocionais, ideológicos, representacionais e conforme o modelo de coleta, que se dá em grupo, é possível, entender os conteúdos mais coletivos, ao encontro da nossa proposta de pesquisa.

### **Participantes da pesquisa**

Os participantes da pesquisa são profissionais da instituição de acolhimento que abriga crianças destituídas parcialmente ou integralmente do poder familiar. Os participantes da pesquisa são a coordenadora geral, a psicóloga, a assistente social, a técnica de enfermagem e a secretária, no total de cinco, além da participação das duas pesquisadoras. De todos os funcionários, estes foram escolhidos por estarem em contato e trabalhando diretamente com as famílias de origem. A coleta de dados seguiu da seguinte forma: Primeiramente, entramos em contato com a instituição a fim de estabelecer uma data que fosse cômoda para ambos os lados, portanto, na data e horário estabelecidos, fomos até a instituição. Logo se procurou por uma sala disponível que fosse silenciosa e aconchegante e que todos os participantes pudessem se enxergar. As pesquisadoras conduziram o grupo focal e se utilizaram de um gravador para registrar as falas dos participantes.

## **Procedimento para Análise dos Dados**

Como procedimento para análise dos dados, utilizamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977) que consiste em alguns passos: primeiramente, organizar e preparar os dados para análise e depois obter um sentido geral. Segue-se a codificação ou agrupamento das informações semelhantes, as quais receberam um significado, sendo categorizadas e posteriormente discutidas e interpretadas. De acordo com Gatti (2005) na organização do material e na análise, é preciso lembrar do contexto de certas falas e o clima da discussão que permitirão a construção de compreensões sobre o tema proposto.

## **Procedimentos éticos**

Como procedimento ético obtivemos primeiramente a autorização da instituição para realização da pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul. Na data da realização do grupo focal com as participantes entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A presente pesquisa foi realizada em uma instituição de acolhimento que atende crianças com até doze anos de idade. Tal instituição é mantida por convênios com prefeituras da região, mas também por auxílio de pessoas físicas e jurídicas que mantêm doações. As crianças são encaminhadas através do Conselho Tutelar com determinação do Juizado Regional da Infância e da Juventude. Neste espaço as crianças recebem cuidado e tratamento nutricional, psicológico, psiquiátrico, médico, odontológico, além da oferta de serviços públicos. O prédio administrativo comporta a recepção e o prédio da equipe técnica do abrigo. Entre os colaboradores da instituição estão: cuidadores, cozinheira, auxiliar de limpeza, equipe técnica e administrativa.

Tendo em vista que a metodologia da presente pesquisa consiste na realização do grupo focal com os profissionais da mesma, a coleta de dados se deu com as seguintes participantes, a secretária, a coordenadora, a assistente social, a técnica em enfermagem e a psicóloga da instituição, todas do sexo feminino. As participantes são identificadas nas com as seguintes numerações, Secretária – (1), Coordenadora – (2), Assistente Social – (3), Técnica de Enfermagem – (4) e Psicóloga – (5). Para análise, como já mencionamos escolhemos pela análise categorial, pois essa é a melhor alternativa a fim de estudar valores, opiniões, percepções e crenças, através de dados qualitativos.

A formação das categorias se deu a partir da forma prevista por Bardin (1997), após selecionar o material e realizar a leitura flutuante, foi feita a exploração através da codificação. (SILVA e FOSSÁ, 2013). A codificação foi feita a partir do assunto

predominante nas perguntas feitas pelas pesquisadoras às participantes no grupo focal, classificando conforme a semelhança nos temas abordados. Tal codificação se expressou nas seguintes categorias: Manutenção dos vínculos e reinserção: como se dá a prática, onde os profissionais se expressa o processo que resulta ou na reinserção da criança na família de origem ou a destituição do poder familiar. A categoria seguinte Desafios do trabalho, expõe obstáculos que as profissionais se deparam tanto com questões pessoais, quanto dificuldades externas com a rede que oferece atendimento as famílias de origem das crianças abrigadas. A última categoria é Percepções sobre as famílias de origem, na qual são expostos sentimentos e percepções que permeiam o cotidiano de trabalho das profissionais diante do contato com as famílias de origem.

### **Manutenção dos vínculos e reinserção: sobre a prática**

A categoria da manutenção dos vínculos e reinserção surgiu a partir do questionamento de como se dá essa prática dentro da instituição. Pois conforme consta no ECA (1990) no Art. 92 as entidades que fazem o acolhimento familiar ou institucional devem adotar alguns princípios: “I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar”. As falas a seguir referem-se ao trabalho feito nesse abrigo específico para que isso aconteça, evidenciando que essa medida de proteção deve ser provisória:

*Solicita-se que a família entre em contato conosco. Tem casos que a família “tá” no mesmo dia e tem casos que a família nem vem. Que a gente tem que ir atrás. (3)*

*A visita domiciliar acontece sempre que a criança foi acolhida. Fazemos uma avaliação psicossocial e aí depois se tem mudanças significativa, a gente vai de novo. (3).*

É tarefa do abrigo promover a manutenção dos vínculos e posterior reinserção familiar, conforme o ECA (1990). Segundo o mesmo, o abrigo precisa criar um plano individual da criança ou adolescente, constando aquilo que foi assumido enquanto compromisso pelos pais ou cuidadores da criança. A partir dessas falas, entende-se que a família procura pela instituição depois da retirada da criança ou adolescente e então é feita uma escuta pela equipe do abrigo. Porém, vê-se que as estratégias adotadas não diferem muito de caso a caso.

Além disso, existe a visita domiciliar para constar nessa avaliação. Segundo Cavalcante, Silva e Magalhães (2010) de maneira geral, os processos de reinserção familiar são tarefas da equipe técnica do abrigo principalmente, mas também por órgão e autoridades envolvidos na defesa sociojurídica da criança e do adolescente. E tais processos devem ser planejados com base em informações coletadas por meio de abordagens iniciais, entrevistas estruturadas, observação da dinâmica de interação social no

ambiente doméstico e institucional, que podem ser percebidos no dia a dia do abrigo através das falas:

*A gente mantém esse vínculo com as visitas daqui, normalmente as primeiras são sempre assistidas, ou pela assistente social, ou pela psicóloga, ou pela técnica de enfermagem, assim a gente vai mantendo esse vínculo. (3).*

*A gente vai tentando condicionar as visitas, à adesão aos serviços. (3).*

A importância das visitas no abrigo para o processo de reinserção é destacada por Siqueira *et al* (2010). As visitas entre os cuidadores ou pais e seus filhos que estão distanciados da família, são caracterizadas como um fator extremamente poderoso e determinante para que exista a reinserção familiar:

*Destaca-se que o processo é realizado com a participação ativa e concordância da família, sendo este fator fundamental para o sucesso da reinserção familiar. Estas visitas são acompanhadas e planejadas, possuindo objetivos claros e definidos em concordância com os pais. (SIQUEIRA *et al*, 2010, p. 8).*

Ou seja, através da pesquisa de Siqueira *et al* (2010) percebeu-se que os que recebiam visitas periódicas dos seus pais, tiveram mais chances de retornar para casa. Vê-se que na instituição pesquisada há uma tentativa de que essas visitas ocorram:

*É no caso das visitas (...) já organizamos dependendo das demandas, é questão mais social, a assistente social vai junto, é questão de manejo, de cuidado, de vínculo, a psicóloga, é questão mais de saúde a técnica de enfermagem, a gente já tenta organizar a demanda maior, para o técnico referência ficar. (2).*

*Mas esses casos são discutidos semanalmente né, a gente tem reunião toda segunda-feira, a gente tenta trocar as estratégias para ver se funciona. (2)*

*Normalmente tentando sempre fazer a visita primeira deles aqui em dupla porque a percepção é diferente um da outra, o olhar técnico é de áreas diferentes. (3).*

Diante das falas que relatam sobre a experiência das visitas e da importância do olhar de várias áreas, Cavalcante, Silva e Magalhães (2010) explicam que há multiplicidade de problemas que afetam a dinâmica familiar e que podem ter sido motivação para o acolhimento. Os autores mencionam que é de suma importância um olhar composto por diversas áreas do conhecimento, um olhar multidisciplinar, para que a família tenha chances maiores de receber seus filhos de volta. Além disso, os mesmos autores afirmam que o processo de reinserção pode ser muito demorado e complexo também. Portanto, evidencia-se ser de extrema importância a tarefa de orientação, estímulo e apoio a essas famílias, para que possam reassumir funções de sustento, cuidado e educação. Isso se explicita na fala das profissionais quando falam sobre as intervenções, mas também sobre as mudanças necessárias:

*É no caso das visitas não é só assistir, nas visitas existem intervenções. (2).*

*(...) Fazer intervenções com a família questionando o porquê de tais comportamentos. Como auxiliar a família para que ela se reorganize melhor. (2).*

*É um trabalho bem extenso, a rede tem que trabalhar muito em cima para que eles se deem conta que eles precisam mudar para ter o filho de volta, né. (4)*

Para que a reinserção na família de origem ocorra, a família tem que ir apresentando condições e mostrando sinais de que está preparada para receber seu filho de volta. Tal avanço se mostra através das falas:

*Vai se mantendo essa vinculação assim, até que se tenha possibilidade de visita em casa, né e aí vai se evoluindo ou não. Se chegamos no limite, se sugere a destituição ou desacolhimento. (3).*

*Conforme o que a família nos traz e o que gente observa a gente vai oficiando e a coisa vai avançando, vem contrapartida do juizado sugerindo que tenha pernoite. (5)*

*Todas as informações são feitas relatórios para avisar a justiça, não pode passar de seis meses sem movimentar algum processo, mas nesse período vamos informando como está a vinculação, se esperamos ter audiência demora mais que seis meses. (3)*

Conforme consta no ECA (1990) Art. 19, § 1º, as crianças e adolescentes inseridos nos programas de acolhimento institucional devem ter reavaliada no máximo em cada seis meses a sua situação. Para que a autoridade judiciária competente possa com base nos relatórios das equipes técnicas decidir pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Através das falas nessa categoria entende-se que esse abrigo procura cumprir a instrução do ECA (1990) de manutenção dos vínculos familiares. Porém, ações voltadas para a reestruturação familiar parecem ser mais difíceis de acontecerem, ou seja, serem incluídas nas atividades dos profissionais. Conforme Bezzerra (2012) muitas entidades de acolhimento funcionam com valores e paradigmas não direcionados completamente com ECA, tendo na maioria deles, insuficiência de ações e procedimentos que promovam a manutenção dos vínculos familiares, que é um aspecto fundamental e decisório para a reinserção familiar.

### **Desafios do trabalho: das redes aos valores pessoais**

Através dos questionamentos feitos no grupo focal, percebe-se na fala das profissionais, desafios presentes em seu cotidiano diante dessas tentativas de manutenção de vínculos e reinserção familiar. Seguem algumas falas:



*Pensando amplamente vejo a rede muito falha, tipo às vezes eu não sei para onde encaminhar. Não é perfil daqui não é perfil dali, ninguém encaminha, ninguém acolhe e tu não tem para onde encaminhar. (2)*

*Eles dão todo o suporte para superar que o filho está acolhido e acaba não trabalhando outras questões que a família tem que precisam mudar, que precisam de orientação. (5)*

Bezzerra (2012) diz que para que a reinserção das crianças abrigadas nas famílias de origem sejam possíveis é indispensável à atuação da rede socioassistencial. Os principais serviços que devem estar em atuação são o CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Vara da Infância, e outros atores que estejam implicados no processo de garantia do direito da criança e do adolescente. O objetivo deles deve ser preparar a família para receber a criança/adolescente, potencializando a autonomia da família. Percebe-se, entretanto, que os atores envolvidos com a instituição pesquisada não parecem preparados para ajudar tais famílias.

Conforme Faleiros e Faleiros (2001, p.13) “as redes surgem a partir da articulação de atores/organizações - forças existentes no território para uma ação conjunta com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada”. Em teoria, devem ser mecanismos e espaços onde aparelhos do Estado e da sociedade se cruzam, de forma que funcione para potencializar recursos que, unidos, serão mais eficientes. As falas a seguir relatam que as profissionais não possuem tanto enfoque nas famílias em seu trabalho, pois o principal trabalho do abrigo é diretamente com as crianças abrigadas. Trazem também que por vezes falta o suporte necessário que a rede deveria proporcionar para estas famílias. Segue as falas:

*A família vem, a gente faz esse contato essa escuta, encaminha para os serviços de acordo com o perfil, né. (...) A gente opta sempre pelo que é primordial. Tenta-se a inserção da família no serviço que ele mais precisa. (3)*

*Não temos como focar tanto na família. (2)*

*Às vezes nem percebe aquilo como um erro ou uma negligência, mas que a rede se foca ao filho acolhido e deixa de dar outros suportes a esta família. (5).*

Muitos autores evidenciam o papel dos abrigos frente à reinserção familiar, falando do difícil trabalho de se “despir” dos próprios valores pessoais dos trabalhadores do abrigo. Conforme Fante e Cassab (2007, p. 172) “deve aprender a lidar com as diferenças culturais, com os valores tidos como absolutos, já que muitas vezes, a família realmente não sabe o que fazer”. Portanto, diante das falas percebemos que as profissionais entendem essa necessidade, porém, em alguns momentos nos fazem questionar se isso realmente acontece:

*Acho que também tem os nossos desafios enquanto profissional, os nossos desafios pessoais que são constantes e diários. (3).*

*Os referenciais não podem ser os mesmos. Tu faz um comparativo do que era e do que tá, bom melhorou, mas nunca partir do teu. (2)*

*Me parece que o perfil é meio padronizado assim de pessoas com baixa autocrítica, acostumadas ao assistencialismo, sempre ganhar tudo de bandeja, de culpabilizar os outros e não se responsabilizar. (2)*

*É essas questões de higiene, temos que incentivar as coisas mais básicas né, e pessoa diz: Não, a minha casa tá limpa! E tu chega lá e pro nosso padrão é horrível, porque o referencial dele é aquele. (2)*

Conforme Oriente e Souza (2007) a grande maioria das crianças são institucionalizadas por motivos ligados à pobreza. Não há uma relação linear entre a pobreza e a violência, porém as condições de pobreza podem ser potencializadores de fatores que geram violência. É necessário compreender de forma mais digna as famílias mais pobres, com um olhar de amparo, de atenção e de proteção que elas merecem como sujeitos. Conforme Cuneo (2006), uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou que a pobreza é o principal motivo que leva crianças à institucionalização. Este dado é uma afronta as normas do ECA, pois este dispõe que a pobreza não constitui motivo suficiente para a retirada de crianças de seu meio familiar. A maioria das crianças abrigadas é de classes pobres, o que os deixam em situações vulneráveis e incluem alguns aspectos: escolaridade deficiente ou inexistente, higiene e nutrição inadequada e moradia precária.

O que se percebe nas falas das profissionais é que devem fazer um esforço quando precisam acreditar nas famílias, pois ainda são muito fortes as representações acerca das famílias que tem seus filhos como “clientela” desses espaços. “A desqualificação das famílias pobres, tratadas como incapazes, ofereceu sustentação ideológica às práticas sociais. Assim, modificar o lugar das famílias nas intervenções tem-se constituído um desafio”. (FÁVERO, VITALE e BAPTISTA, 2008, p. 14). De encontro a isso, segue algumas falas:

*Tu tem que te policiar para continuar acreditando que as pessoas tem capacidade de mudança porque a gente já deu tanto “murro” em ponta de faca e vamo, vamo, vamo... e não deu certo (...) são poucos os casos que são bonitos né! A maioria dos casos são feios. (2).*

*É importante assim ao mesmo tempo ter alguém que acolha, as pessoas que vem aqui estão fragilizadas, precisam de ajuda, mas também precisam daquela pessoa que cobre, pra que enfim se a coisa chegou a este ponto do acolhimento, eles precisam de mudança. (2).*

Percebemos também a angústia dos profissionais, pois algumas questões fogem ao alcance, enquanto instituição de acolhimento, além das questões já citadas que demonstram as falhas na rede:

*É ou daqui a pouco a família não procura, não quer saber, a criança não tem mais idade para adotar, passou-se os dois anos, não se encontra nenhuma família que queira aquela faixa etária: E aí vai fazer o que? O abrigo acaba sendo a última opção. (5)*

*Tem situações que mobilizam mais esse menino que não deu certo com família de origem, depois família mais distante, depois duas famílias na adoção, aí quando ele pede a mãe e se confunde qual delas é mãe, especialmente porque não vislumbrando perspectivas, apesar de tentarmos apostar, mas a gente sabe que é difícil. (2)*

*Um menino de três anos me questionou: tia porque o fulaninho já recebeu tantas famílias e eu nenhuma? Me desarmou totalmente. (5)*

Conforme Fante e Cassab (2007) a demora que atravessa o processo de institucionalização que envolve o percurso que vai desde o pedido de reinserção ou até a destituição do poder familiar, acarreta em um número grande de crianças “esquecidas” nas instituições. Essas estão na espera para retornar a sua família biológica ou para estarem em uma família substituta. Segundo uma pesquisa realizada por Weber (1995) o que se constata é que existem diversas famílias buscando adotar e há diversas crianças “esquecidas” nas instituições de abrigamento. Porém, a maioria dessas ficam por anos institucionalizadas sem serem adotadas, pois possuem idade mais avançada do que a que costuma ser o padrão de escolha dos adotantes. A autora traz como principal motivo para este fato o preconceito, tanto quanto por existir o pensamento de que crianças mais velhas são mais difíceis de educar, como medo em adotar alguma que viveu por muito tempo institucionalizada, pois poderia trazer consigo “vícios”. Outro fator apontado foi de que muitas famílias pensam que é mais fácil quando a criança não sabe que foi adotada, por este motivo adotam bebês, que não trazem consigo muitas memórias.

Segundo Cuneo (2006) a institucionalização por muito tempo impede que ocorram condições favoráveis ao desenvolvimento sadio da criança, devido ao fato de estar submetida a rotinas rígidas, convivendo com as mesmas pessoas, da atenção individualizada precária e da falta de convivência familiar que possibilite trocas afetivas emocionais. A falta de continuidade dos vínculos iniciais e de um referencial cognitivo colabora para a formação insegura dos padrões de apego, o que pode acarretar em prejuízos de ordem somática, emocional, intelectual e social. A criança institucionalizada geralmente possui marcas profundas e dolorosas, que se não forem bem elaboradas poderão afetar em seu desenvolvimento.

### **Percepções sobre as famílias de origem: os ideais de cuidado**

Esta categoria se dá a partir do questionamento feito no grupo focal, onde se buscou compreender quais as percepções e sentimentos das participantes quando refletem a

respeito da família de origem das crianças abrigadas. Tais anseios surgem ao trabalharem com a manutenção dos vínculos e tentativas de reinserção. Segue algumas falas das participantes:

*O que eu penso então sobre as “família”, um sentimento que normalmente vem é pena deles, né, por vê assim que estão desestruturados, que precisam de ajuda... (1)*

*O meu pensamento na maioria das famílias é de indignação e revolta. (3)*

*(...) Já tive sentimento de raiva, quando tu fica sabendo o motivo que a criança está aqui dentro, pois aí tu pensa chegou nesse ponto. (1)*

*Meu sentimento às vezes é de raiva, muitas vezes é de pena porque eu sei que se chegou nessa situação é porque as famílias também são vítimas de toda uma estrutura. (2)*

Diante dessas falas podemos entender que esses sentimentos que surgem estão ligados estritamente a um ideal de família. Tal estereótipo segundo Goldani (2005) está sustentado através das propagandas, pela mídia, é a família “classe média urbana”, onde a criança ocupa lugar de destaque, onde estão centradas as funções reprodutivas. Nesse contexto, destaca-se o individualismo, privacidades e relações afetivas. Para refletir mais sobre essa questão podemos pensar que todos nós temos um modelo de família internalizado.

Portanto, conforme Guará (2006) é completamente normal que as atitudes frente as famílias que tem crianças abrigadas sejam baseadas em sentimentos contraditórios. Diante disso, as atitudes podem ser ora compreensivas ou até de rechaço, pois é um tema considerado difícil por essa autora, uma vez que nos desperta questionamentos e anseios. Esse misto de sentimentos que vão de um polo a outro, é explicitado na fala a seguir:

*Meus sentimentos são bem ambivalente assim, depende da família e da situação, (...) que a gente tem que apostar, que a gente tem que tentar, mesmo que as vezes a gente sinta raiva das pessoas. (2)*

*Sempre tive uma visão mais acolhedora, de amparar, de entender que a família também era vítima da situação e aí com a prática eu também fui entendendo que não é bem assim, que a família também deve ser responsabilizada e nem sempre a gente pode apenas acolher. (5)*

*Às vezes a gente está muito esperançoso, mas como não é uma coisa exata, não é tipo contabilidade né (...). Então assim, a gente se frustra e fica chocado, se entristece. (2)*

Segundo Guará (2006) esses sentimentos e percepções norteiam o trabalho e ação profissional daqueles que de alguma forma trabalham com famílias de crianças abrigadas. “Essas atitudes, por sua vez, são influenciadas pelo discurso social sobre a família - permeado por conceitos, preconceitos, imagens, estereótipos, lacunas (...), por sentimentos que nos aproximam ou nos afastam dessas famílias”. (GUARÁ, 2006, p. 77). Percebemos

que o sentimento mais tocado pelas participantes da pesquisa é raiva, indignação, porém há um forte e importante esforço das mesmas em sempre manterem a esperança, acolherem e investirem nas famílias. A fala a seguir demonstra apreensão de uma profissional que parte dos seus referenciais de família:

*É tem toda a questão de que aqui eles têm grande assistência, todo tipo de atendimentos, a gente sabe que eles tão sendo bem cuidados, mas dali para fora, claro tu vê todo um trabalho para que a coisa ande e que melhorou, mas ter condições mesmo de dar alimentação, escola, ter aquele cuidado aquele amor (...) eu me questiono se vão conseguir ou não. (1)*

A assistência fornecida pelo abrigo o qual a secretária menciona, refere-se ao fato de que, é garantida pelo ECA (1990), a obrigação de os abrigos suprirem todas as necessidades básicas dos abrigados. É dever dos abrigos proporcionar alimentação suficiente, cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos, bem como propiciar escolarização. Na fala da secretária o que se pode perceber é uma preocupação no fato de não ter conhecimento sobre como se dará o cuidado das crianças ao retornarem para a família. Por outro lado, percebe-se que essa preocupação/inquietação da secretária mostra que é atribuído a situação de pobreza das famílias uma causa de impossibilidade de que as mesmas retornem para suas famílias de origem. Esse dado foi percebido na pesquisa de Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) onde apesar da restrição do ECA (1990) de que a pobreza não seja fator para institucionalização e afastamento familiar, a pesquisa indica que um dos motivos do não retorno para família de origem são as questões da pobreza.

O investimento nas famílias de origem é mencionado através das conjunções tanto do ECA (1990) quanto do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) que tem buscado a reorganização dos abrigos para que esses sejam articuladores da promoção das competências parentais. “As instituições estão envolvidas nos processos que buscam a (re)significação da família com vistas a reflexão e responsabilidade sobre sua própria atuação”. (CRUZ, 2010, p. 25). Tal reorganização pode ser percebida nas falas:

*É, nós que somos das humanas parte-se do princípio (...) que o ser humano consegue mudar né, e se reestruturar. (3)*

*Olha eu acho que é um trabalho muito grande até que a família se dá conta que eles “tavam” fazendo alguma coisa de errado né, que “tavam” sendo negligentes com a criança e é um trabalho bem extenso (...) (4)*

*A maioria é muito difícil, a estruturação da família, mas tem casos que tipo a gente se orgulha da gente mesmo, bom, se conseguimos fazer com que a criança retornasse para o núcleo, é mérito da família, mas também é nosso, porque é um trabalho de formiga. (3)*

Pensando nesta última fala da assistência social, podemos perceber que a reinserção familiar ocorre a partir de um trabalho mútuo, pois além do trabalho e mobilização da equipe deve haver o empenho da família. Segundo Siqueira *et al* (2010) é fundamental para o sucesso da reinserção familiar a participação ativa e concordância da família. Portanto, pensando na fala da assistente social e da técnica de enfermagem, é um trabalho extenso e que exige muita dedicação, mas também o fato de sempre procurarem apostar nas famílias auxilia muito neste processo.

Contudo, é importante ressaltar que segundo Silva (2003) foi constatado que a grande maioria dos usuários dos serviços de acolhimento são famílias consideradas pobres e a maioria das crianças e adolescentes abrigados são pardos ou negros. Conforme Ayres (2010) são realidades que não pode ser vista diante de um olhar reducionista e individualizante, que essa confere muitos fatos e aspectos, que muitas vezes os julgamentos não visualizam.

De uma maneira geral, através da pesquisa, vê-se que o trabalho com as famílias de origem das crianças abrigadas mobiliza completamente as trabalhadoras, pois é transpassado por suas próprias concepções de família. As profissionais devem separar tudo aquilo que se trata de suas percepções pessoais sobre o que se considera ideal de família e de cuidado, para que consigam realizar seu trabalho de forma coerente com a realidade de cada família. Além disso, as mesmas precisam lidar com o que é direcionado pelo ECA (1990) e por outros documentos, que as vezes não condizem inteiramente com aquilo que sentem e pensam, pois, os ideais de família estão calcados historicamente e as profissionais também estão implicadas nesse contexto. Portanto, as profissionais devem lidar com diversos sentimentos que surgem em sua prática profissional, bem como os inúmeros desafios diários com os quais se deparam.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo principal deste trabalho foi de buscar compreender as percepções dos profissionais de uma instituição de acolhimento sobre as famílias de origem das crianças abrigadas. Contudo, ao desenrolar da pesquisa, percebemos que a questão do voltar ao ninho abrange inúmeros aspectos, que vão muito além do que esperávamos e envolvem principalmente questões emocionais. Além dos anseios que surgem nas profissionais diante das famílias que tem seus filhos abrigados, o que as mobiliza imensamente são os sentimentos das crianças abrigadas. Pois embora elas estejam na instituição por motivo de negligência ou violação de direitos, as crianças reconhecem e querem estar com suas famílias de origem e expressam para as profissionais o quão angustiante é viver toda essa situação de abrigamento. Portanto, serem retiradas de seu ninho e afastadas de seus

familiares, por mais que sejam medidas protetivas, despertam nelas sentimentos de abandono, raiva, tristeza, entre tantos outros. Pensamos que tais sentimentos dos abrigados podem, de certa forma, mobilizar e influenciar as percepções daquelas que trabalham no local.

Entendemos que no que diz respeito ao trabalho com as famílias de origem, deve-se ser repensado as concepções pessoais acerca do que se considera “ideal” de família, de cuidado e de higiene. Cada grupo familiar possui seus próprios ideais dentro de suas possibilidades, educação e de sua realidade social. Lidar com suas compreensões subjetivas e não deixar (ou deixar minimamente) que influenciem no manejo com as famílias é um trabalho difícil, pois cada ser humano traz consigo suas concepções e carregam suas próprias crenças, percepções e ideais. Além disso, as profissionais devem lidar diariamente com o inesperado, pois não há uma rotina em seus trabalhos. De uma forma geral, as mesmas trouxeram que as famílias que se empenham para terem seus filhos de volta estão em menor número, assim sendo, comumente se deparam com situações frustrantes.

No decorrer da discussão e reflexão sobre os dados obtidos percebemos a dificuldade de se modificar o lugar das famílias que tem seus filhos nos abrigos que ainda estão no lugar daquelas que são incapazes de cuidar. Fávero, Vitale e Baptista (2008) apontam que é preciso dar voz às famílias que têm crianças abrigadas, para que com isso se consiga desfazer “a aparente homogeneidade que recobre as representações sobre suas vidas e que tende a gerar discursos e ações aprisionadores de seus recursos, de suas possibilidades e de suas competências”. (FÁVERO, VITALE e BAPTISTA, 2008, p. 14).

Como reflexão final nos questionamos sobre as ações que são desenvolvidas pensando na “reestruturação” da família. Reestruturação enquanto mudança da situação que gerou o acolhimento e a capacidade de que a família consiga suprir as necessidades básicas das suas crianças. A instituição pesquisada tem uma equipe consideravelmente pequena que faz este trabalho e além disso, recebe pouco auxílio financeiro do município e, conseqüentemente, consegue manter mais ações voltadas para a manutenção dos vínculos que se dá com visitas entre família e criança abrigada. É um pedido ilusório solicitar que essa tarefa seja feita apenas pelos abrigos. Assim sendo, surgem alguns questionamentos: Como essa rede, citada inclusive pelas profissionais, vem se organizando para que esse trabalho aconteça? A rede tem feito este trabalho? Olhar para as famílias que tem seus filhos abrigados é uma das prioridades dos atores da rede de defesa dos direitos das crianças e adolescentes? Como criar uma rede efetiva que olhe para as famílias com dignidade e respeito?

Como sugestão para futuras pesquisas, indicamos que sejam realizados trabalhos sobre o funcionamento de redes efetivas nos sistemas públicos, pois constatamos a partir

das falas das profissionais uma fragilidade na atuação em rede dos serviços que realmente auxiliem na reestruturação das famílias. Esperamos que nossa pesquisa tenha contribuído para reflexões acerca da temática, bem como contribuído para posterior material a ser utilizado como embasamento teórico já que percebemos a precariedade de materiais sobre este assunto.

## REFERÊNCIAS

- AYRES, Lygia Santa Maria *et al.* Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 10, n. 2, p. 420-433, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a09.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.
- BEZZERRA, Jorgiane Cristina da Cruz. *Uma análise das estratégias de reinserção familiar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento*. Universidade Católica de Brasília, 2012.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei Federal, v.8, 1990.
- CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; SILVA, Simone Souza da Costa; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, v. 10, n. 4, p. 1147-1172, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v10n4/05.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.
- CUNEO, Mônica Rodrigues. *Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento*. A institucionalização prolongada e as marcas que ficam. Juizado da infância e juventude. 1ªed. Porto Alegre; 2006. p. 46-57. Disponível em: <[http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/7\\_Abrigamento.pdf](http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/7_Abrigamento.pdf)>. Acesso em: 11 abr 2016.
- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 296 p.
- CRUZ, Raquel Cunha. *Uma nova vida na mesma vida: um estudo de caso de reinserção familiar*. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, 2010.
- FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. T. S. *Circuitos e Curto- Circuitos: Atendimento, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes – Coleção Núcleo de Pesquisa 7*. SP: Ed. Veras, 2001.
- FANTE, Ana Paula; CASSAB, Latif A. Convivência Familiar: um direito à criança e adolescente institucionalizado. *Rev. Textos e Contextos*, v.6, n.1, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1052>>. Acesso em: 09 set. 2015.
- FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras. *Famílias de crianças e adolescentes abrigados*. São Paulo: Paulus, 2008. Disponível em: <[http://www.neca.org.br/images/Familias\\_Abrigadas\\_miolo.pdf](http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2015.
- GATTI, Bernardete A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro, 2005. 77 p.



GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos pagu*, n. 1, p. 68-110, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1681/1664>>. Acesso em: 30 maio 2016.

GUARÁ, Isa Maria F. R. Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. In: *ABRIGO comunidade de acolhida e socioeducação*. Instituto Camargo Corrêa, 2006. Disponível em: <<http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/abrigo-miolo.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

RIZZINI, Irene. *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2006, 152p.

ORIONTE, I.; SOUZA, S. M. G. Viver em Abrigo: com a Palavra, a Criança. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. São João del-Rei, 2007. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28422-28433-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2016.

SILVA, E. R. A.; AQUINO, L. M. C. *Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária*. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_11/ENSAIO3\\_Enid.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO3_Enid.pdf)>. Acesso em: 05 set 2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. *Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>>. Acesso em: 22 mar 2016.

SIQUEIRA, A. C., ZOLTOWSKI, A. P., PORTELLA GIORDANI, J., OTERO, T. M., & DALBOSCO DELL'AGLIO. Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de psicologia* (Natal). Vol. 15, n. 1, p. 07-15, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n1/02.pdf>>. Acesso em: 22 mar 2016.

VASCONCELOS, Queila Almeida; YUNES, Maria Angela Mattar; GARCIA, Narjara Mendes. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, v. 19, n. 43, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3054/305423765010/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. Da institucionalização à adoção: um caminho possível? *Revista Igualdade – Ministério Público, Paraná*, 1995. Disponível em: <<http://lidiaweber.com.br/Artigos/1995/1995DaInstitucionalizacaoaAdocaoUmCaminhoPossivel.pdf>>. Acesso em: 26 abr 2016.